

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1- A presente contratação tem por objetivo aquisição de equipamentos de tecnologia assistiva e de apoio domiciliar — como abafador de ruído, almofada impermeável, bengala articulada para deficiente visual, ponteira tipo roller, cadeira de rodas para banho em concha infantil e guincho elétrico — voltados à promoção da acessibilidade, segurança e autonomia das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida do município de São Carlos.
- 1.2- Classificação do objeto supra, verifica-se que trata de bens comuns, de acordo com o Art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133/21, uma vez que as especificações adotadas são reconhecidas e usuais no mercado e indicam objetivamente os padrões de desempenho e qualidade dos itens que esta Administração pretende adquirir.
- 1.3- Quantitativos estimados:

Os quantitativos foram previstos com base no levantamento das Secretarias Municipais: Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Paradesportos (SMPDP), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Bem-Estar Animal (SMDRBEA), Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude (SMEIJ) e Secretaria Municipal de Educação (SMEdU) desta Administração Pública.

A estimativa de consumo é de 1.661 itens conforme descrito na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO MATERIAL	Unid.	Quant.
1	ABAFADOR DE RUÍDO TIPO CONCHA, com haste ajustável e conchas acolchoadas e anatômicas, destinado ao uso sensorial e conforto auditivo de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), auxiliando na redução de estímulos sonoros intensos em diferentes ambientes.	un.	410
2	Almofada impermeável para cadeira de rodas, espessura mínima de 6 cm, podendo ser composta por espuma de alta densidade, gel, ar ou combinação de materiais equivalentes, desde que assegurem suporte adequado e conforto ao usuário.  A almofada deve apresentar revestimento em material impermeável, resistente e de fácil higienização (ex.: tecido sintético, poliéster, PVC ou equivalente), com dimensões mínimas de 40 cm x 40 cm, compatível com assentos de cadeiras de rodas.	un.	116

<b>3</b>	BENGALA ARTICULADA, em alumínio leve e resistente à deformação, cor verde, composta de gomos, elástico duplo entre os gomos, com película fosforescente branca, ponteira roller de fácil reposição, comprimento a definir, entre 0,90 a 150 cm (variação de 5 em 5 cm), com cabo emborrachado e lavável, para pessoa com baixa visão.	un.	260
<b>4</b>	BENGALA ARTICULADA, em alumínio leve e resistente à deformação, cor branca, composta de gomos, elástico duplo entre os gomos, com película fosforescente branca, ponteira roller de fácil reposição. Comprimento a definir, entre 0,90 a 150 cm (variação de 5 em 5 cm), com cabo emborrachado e lavável, para pessoa cega.	un.	260
<b>5</b>	BENGALA ARTICULADA, em alumínio leve e resistente à deformação, cor branca e vermelha, composta de gomos, elástico duplo entre os gomos, com película fosforescente branca, ponteira roller de fácil reposição. Comprimento a definir, entre 0,90 a 150 cm (variação de 5 em 5 cm), com cabo emborrachado e lavável, para pessoa surda e cega.	un.	180
<b>6</b>	PONTEIRA para Bengala para deficientes visuais, de nylon tipo roller, com corpo cilíndrico.	un.	400
<b>7</b>	Cadeira de rodas para banho em concha infantil, confeccionada com estrutura em alumínio com pintura epóxi, modelo dobrável e equipada com rodízios giratórios com freios. Concha em polietileno com mangueira acoplada para drenagem da água, apoio de cabeça em espuma injetada e acabamento antiderrapante em EVA no assento e no encosto. O equipamento deve suportar capacidade de até 40 kg.	un.	25
<b>8</b>	Guincho elétrico para elevação de acamados, com capacidade mínima de 150 kg, equipado com cesto confeccionado em material têxtil resistente (como poliéster ou equivalente), que proporcione conforto e segurança ao usuário durante o manuseio.	un.	10

1.4- O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência definida no instrumento convocatório e no respectivo instrumento contratual, observada a natureza do objeto.

O edital disciplinará de forma detalhada as regras aplicáveis à vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes.

#### 1.5- Disposições Complementares da Ata de Registro de Preços:

Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 872/2024, ficam estabelecidas as seguintes condições aplicáveis à presente Ata de Registro de Preços:

- 1.5.1- A presente Ata de Registro de Preços refere-se à aquisição de equipamentos de tecnologia assistiva e de apoio domiciliar — como abafador de ruído, almofada impermeável, bengala articulada para deficiente visual, ponteira tipo roller, cadeira de rodas para banho em concha infantil e guincho elétrico — voltados à promoção da acessibilidade, segurança e autonomia das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida do município de São Carlos.
- 1.5.2- Não serão registrados preços diferentes para o mesmo item em razão do local de entrega ou do tipo de acondicionamento, salvo se houver justificativa técnica expressa no processo e previsão no edital. Também não será admitida cotação variável em razão do quantitativo demandado dentro do mesmo item registrado.
- 1.5.3- Os preços registrados poderão ser alterados nas hipóteses legalmente admitidas, especialmente para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, redução dos preços praticados no mercado e reajuste, quando expressamente previsto no edital e na ata.

a) **O cancelamento da Ata de Registro de Preços poderá ocorrer nas hipóteses previstas na legislação e no edital.**

O registro do fornecedor poderá ser cancelado, de forma unilateral pela Administração, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes situações:

- **Por descumprimento de obrigação: quando o fornecedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ou não aceitar ou não retirar o pedido de fornecimento ou a nota de empenho no prazo e nas condições previstas no edital.**
- **Por razões de interesse público: quando houver motivo devidamente justificado pela autoridade competente, demonstrando que a manutenção da ata se tornou desvantajosa ou que o objeto não mais atende à necessidade administrativa.**
- **Por motivo de caso fortuito ou força maior: quando ocorrerem eventos imprevisíveis ou inevitáveis que impeçam o cumprimento das obrigações assumidas, devidamente comprovados.**

Consequências do cancelamento:

O cancelamento do registro de preços poderá ensejar:

**Aplicação das penalidades cabíveis previstas no edital, na ata e na legislação aplicável;**

- **Convocação do cadastro de reserva ou dos licitantes remanescentes, quando houver, observada a ordem de classificação;**
- **Adoção de novo procedimento para atendimento da necessidade administrativa, quando necessário.**

O cancelamento do registro de preços pela Administração, quando devidamente motivado, não gera dever de indenizar o fornecedor, observados os procedimentos legais aplicáveis.

#### 1.5.4- Da adesão à Ata de Registro de Preços:

Poderá ser admitida a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes, desde que haja previsão expressa no edital, seja devidamente comprovada a vantagem e sejam observados os limites e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Os órgãos e entidades não participantes que desejarem aderir à Ata de Registro de Preços deverão manifestar interesse junto ao órgão gerenciador, que avaliará a possibilidade da adesão e indicará, se for o caso, os fornecedores registrados e os preços aplicáveis, observada a ordem de classificação.

O fornecedor registrado somente poderá firmar contratação decorrente de adesão mediante prévia anuência e autorização do órgão gerenciador.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não haja prejuízo às obrigações anteriormente assumidas.

As solicitações de adesão, a anuência do fornecedor e a autorização do órgão gerenciador deverão constar de processo administrativo próprio, com a documentação pertinente.

O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços observará os limites legais e regulamentares aplicáveis.

Após a autorização da adesão pelo órgão gerenciador, o órgão não participante deverá observar as condições comerciais, financeiras e operacionais estabelecidas no edital, na ata e na legislação vigente.

A contratação decorrente da adesão deverá ocorrer dentro do prazo de vigência da ata e nos limites autorizados pelo órgão gerenciador.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme alinhamento demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

### **2.1. Justificativa da contratação**

A Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Paradesportos realiza, de forma gratuita, tanto o empréstimo de equipamentos de tecnologia assistiva por meio de comodato quanto a distribuição gratuita de itens específicos, promovendo dignidade, autonomia, inclusão e cuidados humanizados no ambiente familiar.

A presente contratação é necessária para atender às demandas crescentes da população, abrangendo recursos fundamentais para mobilidade, segurança, acessibilidade, apoio domiciliar e conforto sensorial.

Os itens contemplados — abafadores de ruído tipo concha para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), almofadas impermeáveis para cadeira de rodas, bengalas articuladas para deficientes visuais, ponteiros roller, cadeira de rodas para banho concha infantil e guincho elétrico para elevação de acamados — são indispensáveis para garantir autonomia, proteção física e bem-estar dos usuários, além de contribuir para a segurança de cuidadores e familiares.

A limitação do acervo atual e a existência de fila de espera demonstram a necessidade de ampliação imediata da capacidade de atendimento da Secretaria, assegurando acesso rápido e gratuito aos recursos essenciais para mobilidade, acessibilidade, manejo sensorial e cuidados domiciliares especializados.

## **2.2. Enquadramento da contratação**

A contratação fundamenta-se no artigo 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 872/2024 e nas demais normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução proposta visa à aquisição de equipamentos de tecnologia assistiva destinados à Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Paradesportos de São Carlos, contemplando tanto a distribuição gratuita quanto o comodato, conforme a natureza e a finalidade de cada equipamento de tecnologia assistiva.

O objetivo é fortalecer o atendimento domiciliar, ampliar a acessibilidade e garantir maior autonomia, segurança e qualidade de vida às pessoas com deficiência atendidas pela Secretaria.

Os itens previstos nesta contratação abrangem recursos essenciais para mobilidade, acessibilidade sensorial e suporte ao cuidado diário: abafadores de ruído destinados a pessoas com Transtorno do Espectro Autista; almofadas impermeáveis para cadeiras de rodas; bengalas articuladas nos modelos verde, branca e branca com vermelha; ponteiros tipo roller; cadeiras de rodas para banho em concha infantil; e guinchos elétricos para elevação de acamados.

Todos foram selecionados com base nas demandas técnicas identificadas pelos serviços da Secretaria, no aumento contínuo das solicitações da população e na necessidade de reposição, padronização e ampliação dos equipamentos utilizados nos programas de apoio.

A inclusão desses itens visa suprir lacunas existentes e garantir atendimento adequado em diferentes níveis de dependência funcional, desde o apoio à mobilidade e orientação até recursos para prevenção de riscos e suporte ao cuidado de pessoas acamadas.

Cada equipamento contribui diretamente para a promoção da autonomia, da segurança e do cuidado humanizado, atendendo às diversas realidades encontradas no atendimento municipal.

A definição das especificações foi respaldada por levantamento de mercado, assegurando viabilidade técnica, econômica e operacional, com foco na durabilidade, funcionalidade e compatibilidade das soluções adotadas. Esse processo garante que os itens licitados atendam às normas vigentes, ao interesse público e às demandas reais identificadas pelos profissionais que atuam diretamente com a população.

Com a implementação desta contratação, a Administração reafirma seu compromisso com o acesso à tecnologia assistiva, a eficiência da política pública e o uso responsável dos recursos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

A licitação proposta representa uma solução abrangente, tecnicamente adequada e alinhada ao planejamento estabelecido no Estudo Técnico Preliminar, fortalecendo a rede municipal de apoio às pessoas com deficiência e ampliando a garantia de direitos.

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os equipamentos a serem adquiridos devem atender aos seguintes critérios mínimos:

- a) Requisitos funcionais e operacionais: todos os itens devem ser novos, sem uso prévio e adequados às necessidades específicas de pessoas com deficiência física, mobilidade reduzida, deficiência visual ou necessidades sensoriais, conforme cada equipamento.

Os produtos devem apresentar robustez, durabilidade, ergonomia e segurança, permitindo utilização contínua em ambiente domiciliar ou institucional. Devem possuir características que facilitem o manuseio, higienização e conservação, assegurando eficiência no uso diário e reduzindo riscos aos usuários e cuidadores. Para o guincho elétrico e para a cadeira de banho concha infantil, devem ser observadas condições de estabilidade, facilidade de operação e dispositivos de segurança adequados ao movimento e sustentação do usuário.

Para os abafadores de ruído destinados a pessoas com TEA, é essencial que proporcionem conforto, ajuste anatômico e isolamento acústico compatível com as demandas sensoriais desse público.

Para bengalas e ponteiros, deve-se garantir leveza, resistência, estabilidade e adaptação funcional.

- b) Especificações técnicas e quantitativos estimados: cada item deve atender às especificações técnicas apropriadas ao seu uso. Os abafadores de ruído tipo concha devem possuir haste ajustável, conchas acolchoadas e isolamento acústico adequado ao uso sensorial. As almofadas impermeáveis devem ser confeccionadas em material resistente, de fácil higienização, com boa distribuição de pressão e características antiumidade.

As bengalas articuladas devem ser leves, dobráveis, resistentes e adequadas ao deslocamento seguro de pessoas com deficiência visual. As ponteiros tipo roller devem apresentar mobilidade suave, resistência ao desgaste e compatibilidade com as bengalas utilizadas pela Secretaria.

A cadeira de rodas para banho modelo concha infantil deve atender critérios de segurança, ergonomia, apoio adequado e estrutura resistente à água. O guincho elétrico para elevação de acamados deve possuir capacidade de carga compatível, acionamento elétrico confiável, base estável e acessórios necessários para transferência segura.

A subcontratação do objeto não será admitida, assegurando que a empresa contratada execute a totalidade do fornecimento, sendo responsável por quaisquer danos ou falhas decorrentes.

Os produtos devem ser fabricados conforme as normas técnicas vigentes, devendo ser entregues acompanhados de manual de instruções detalhado, contendo orientações de uso, segurança, manutenção e cuidados.

Nos casos de produtos importados, o rótulo, a embalagem e o manual devem estar obrigatoriamente em português, contendo data de fabricação, especificações técnicas e demais informações necessárias.

- c) Critérios de qualidade: todos os equipamentos devem atender aos padrões de qualidade exigidos pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Paradesportos, sendo novos, íntegros, seguros e adequados ao uso diário, com garantia mínima de 12 (doze) meses.

Cada equipamento deverá possuir certificações aplicáveis, tais como selo do INMETRO, ANVISA, ABNT etc., sempre que requerido pelo tipo de produto.

Produtos que não atendam às especificações estabelecidas poderão ser rejeitados e deverão ser substituídos pela contratada, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a partir da notificação formal.

- d) Condições da entrega: a entrega dos equipamentos deverá ocorrer dentro do prazo estipulado, no máximo em até 30 (trinta) dias úteis, garantindo que todos os itens sejam fornecidos integralmente no período acordado e no local designado pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Paradesportos.

Os equipamentos deverão ser entregues devidamente protegidos e embalados, de forma a evitar danos durante o transporte e o manuseio, e acompanhados das respectivas notas fiscais e manuais de instruções em língua portuguesa, conforme as normas técnicas vigentes.

O fornecedor será integralmente responsável pela logística de transporte, pela integridade física dos equipamentos até sua conferência e pelo recebimento formal pelos responsáveis designados pela Secretaria.

- e) Requisitos Técnicos e Documentais das Empresas Participantes: para garantir a idoneidade, capacidade técnica e conformidade legal dos fornecedores, as empresas deverão apresentar documentos que comprovem a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, tal como definido no art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

- Regularidade Jurídica (Contrato Social ou Estatuto atualizado, CNPJ ativo);
- Regularidade Fiscal e Trabalhista (certidões negativas pertinentes);
- Qualificação Técnica (atestado de capacidade técnica compatível com o objeto, comprovação de estrutura operacional adequada);
- Qualificação Econômico-Financeira (certidão negativa de falência e recuperação judicial).

Os requisitos definidos são fundamentados na necessidade apresentada, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, e servirão de base técnica para o levantamento de mercado, contribuindo para a escolha da solução mais vantajosa, conforme preconizado no art. 18.

### **3.1. Subcontratação**

Não será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual.

### **3.2. Garantia da contratação**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **3.3. Vistoria**

Para participação da licitação não há necessidade de vistoria técnica.

## **4. EXECUÇÃO DO OBJETO**

A execução do objeto será realizada por meio da entrega dos equipamentos de tecnologia assistiva adquiridos, de acordo com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e na Autorização de Fornecimento (AF).

A entrega deverá ser acompanhada por servidor(a) designado(a) pelas Secretarias Municipais competentes, responsável por verificar a conformidade dos itens recebidos com os requisitos exigidos, incluindo quantidade, marca, modelo, funcionamento e integridade física dos produtos.

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

A definição da ordem e prioridade das entregas será feita pelas Secretarias Municipais, conforme critérios de conveniência e necessidade administrativa.

Caberá à Contratada assegurar que os equipamentos estejam devidamente embalados, identificados e acompanhados das respectivas notas fiscais, manuais e demais documentos exigidos para o uso e garantia dos produtos.

### **4.1. Das entregas**

As entregas deverão ocorrer dentro do prazo estipulado, no máximo em até 30 (trinta) dias úteis, conforme Autorização de Fornecimento (AF) emitida pelas Secretarias Municipais, respeitando a logística e as quantidades descritas no roteiro de entrega.

As entregas deverão ser realizadas e os serviços executados, **em dias úteis, de 2ª a 6ª feira**, no horário compreendido entre às **9h00min e 16h00min**, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, serviço de instalação do objeto, seguro transporte, montagem, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes.

As entregas serão realizadas ponto a ponto nas unidades solicitantes. O fornecedor ficará responsável pela troca dos produtos entregues no prazo de **48 (quarenta e oito) horas** da emissão da notificação quando estiverem fora das especificações dos produtos ou apresentarem defeitos no produto ou nas embalagens.

Os funcionários responsáveis pela entrega do produto deverão estar devidamente uniformizados e identificados

## **5. GESTÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

A formalização da contratação ocorrerá por meio de Ata de Registro de Preços (ARP) ou instrumento equivalente.

## **6. MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

A avaliação da execução do objeto utilizará instrumento para aferição da qualidade dos produtos adquiridos.

Durante a execução contratual, a fiscalização deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do fornecimento, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente devendo o fornecedor informar o número do banco, da agência e conta bancária, ou através de banco credenciado, a critério da Administração.

O pagamento devido pelo Município será efetuado até 30 (trinta) dias após apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor requisitante.

### **6.1. Do recebimento**

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, a fiscalização irá apurar o resultado das avaliações do fornecimento do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade do fornecimento, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório.

Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O fornecimento será recebido definitivamente em até 3 (três) dias após o fornecimento, pela fiscalização, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.
- b) Comunicar à CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- c) Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- d) Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **6.2. Do Faturamento**

A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização.

No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema em 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 551/2023, de 22 de setembro de 2023.

Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.

## **6.3. Das condições de pagamento**

O pagamento à CONTRATADA será efetuado pelo(s) fornecimento(s) efetivamente entregue(s), em moeda nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em conta corrente, mediante Ordem Bancária.

O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

No pagamento do(s) produto(s)/serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023 e no Decreto Municipal nº 551, 22 de setembro de 2023. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

## **7. SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **7.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO LICITATÓRIA, por pregão (Art. 28, I, da Lei Federal nº 14.133/2021), sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do **critério de julgamento do tipo MENOR PREÇO POR LOTE**.

## **7.2. Exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista**

Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverão ser observados os requisitos:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, mediante apresentação das seguintes certidões:
  - I. A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados.
  - II. A certidão acima abrange inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em DAU, conforme portaria conjunta RFB/ PGFN nº 1751, de 02 de outubro de 2014.
  - III. Certidão Negativa de Débitos Estaduais do domicílio da licitante participante, inscrito em dívida ativa, obtida em SP no site [www.dividaativa.pge.sp.gov.br](http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br), ou equivalente, de acordo com a legislação fiscal de cada Estado.
  - IV. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pelo Município sede da empresa.
  - V. Certidão de Regularidade de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado.
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), tratando-se de pessoa jurídica, por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.
- e) Prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) mediante a apresentação da CND (certidão Negativa de Débito) ou CPD-EN (Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa).

- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- g) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

### 7.3. Qualificação Econômico-Financeira

Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser observados os requisitos:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

I. Caso na certidão conste qualquer ação judicial distribuída, deverão ser apresentados os comprovantes de quitação dos débitos ou certidão explicativa que aponte a situação da demanda judicial ou ainda o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

- b) Comprovação de que a licitante possui, de acordo com os dados do seu Balanço Patrimonial, os seguintes índices mínimos, a serem calculados pela Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações: Liquidez Geral igual ou superior a 1,0; Liquidez Corrente igual ou superior a 1,0 e Quociente de endividamento igual ou inferior a 0,5.
- c) A liquidez geral será calculada pela soma do ativo circulante e do realizável a longo prazo, dividido pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante:  $(AC + RLP)/(PC + PNC)$ .
- d) **A liquidez corrente será calculada pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante:  $(AC)/(PC)$ .**
- e) O quociente de endividamento será calculado pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante, dividido pelo ativo total:  $(PC + PNC)/(AT)$ .
- f) Comprovação de que a empresa licitante possui patrimônio líquido ou capital social com valor de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor ao qual formulará a sua proposta de preços e apresentará sua oferta de lances.

### 7.4. Qualificação Técnica

Para fins de qualificação técnica, deverão ser observados os requisitos exigidos:

- a) Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta contratação, **sobre o conjunto de itens (ou lotes) para os quais o licitante manifeste interesse**, por meio da

apresentação de atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo necessariamente estar em nome da contratada.

## 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do OBJETO, conforme **tabela 1**.

*Tabela 1: Estimativa de preços*

Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Média	Média Total
1	ABAFADOR DE RUÍDO TIPO CONCHA, com haste ajustável e conchas acolchoadas e anatômicas, destinado ao uso sensorial e conforto auditivo de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), auxiliando na redução de estímulos sonoros intensos em diferentes ambientes.	un.	410	R\$ 136,93	<b>R\$ 56.141,30</b>
2	Almofada impermeável para cadeira de rodas, espessura mínima de 6 cm, podendo ser composta por espuma de alta densidade, gel, ar ou combinação de materiais equivalentes, desde que assegurem suporte adequado e conforto ao usuário.  A almofada deve apresentar revestimento em material impermeável, resistente e de fácil higienização (ex.: tecido sintético, poliéster, PVC ou equivalente), com dimensões mínimas de 40 cm x 40 cm, compatível com assentos de cadeiras de rodas.	un.	116	R\$ 172,99	<b>R\$ 20.066,84</b>

3	BENGALA ARTICULADA, em alumínio leve e resistente à deformação, cor verde, composta de gomos, elástico duplo entre os gomos, com película fosforescente branca, ponteira roller de fácil reposição, comprimento a definir, entre 0,90 a 150 cm (variação de 5 em 5 cm), com cabo emborrachado e lavável, para pessoa com baixa visão.	un.	260	R\$ 130,59	<b>R\$ 33.953,40</b>
4	BENGALA ARTICULADA, em alumínio leve e resistente à deformação, cor branca, composta de gomos, elástico duplo entre os gomos, com película fosforescente branca, ponteira roller de fácil reposição. Comprimento a definir, entre 0,90 a 150 cm (variação de 5 em 5 cm), com cabo emborrachado e lavável, para pessoa cega.	un.	260	R\$ 125,59	<b>R\$ 32.653,40</b>
5	BENGALA ARTICULADA, em alumínio leve e resistente à deformação, cor branca e vermelha, composta de gomos, elástico duplo entre os gomos, com película fosforescente branca, ponteira roller de fácil reposição. Comprimento a definir, entre 0,90 a 150 cm (variação de 5 em 5 cm), com cabo emborrachado e lavável, para pessoa surda e cega.	un.	180	R\$ 155,39	<b>R\$ 27.970,20</b>

<b>6</b>	PONTEIRA para Bengala para deficientes visuais, de nylon tipo roller, com corpo cilíndrico.	un.	400	R\$ 40,98	<b>R\$ 16.392,00</b>
<b>7</b>	Cadeira de rodas para banho em concha infantil, confeccionada com estrutura em alumínio com pintura epóxi, modelo dobrável e equipada com rodízios giratórios com freios. Concha em polietileno com mangueira acoplada para drenagem da água, apoio de cabeça em espuma injetada e acabamento antiderrapante em EVA no assento e no encosto. O equipamento deve suportar capacidade de até 40 kg.	un.	25	R\$ 1.230,28	<b>R\$ 30.757,00</b>
<b>8</b>	Guincho elétrico para elevação de acamados, com capacidade mínima de 150 kg, equipado com cesto confeccionado em material têxtil resistente (como poliéster ou equivalente), que proporcione conforto e segurança ao usuário durante o manuseio.	un.	10	R\$ 8.449,03	<b>R\$ 84.490,30</b>
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 302.424,44</b>

O preço global estimado é de R\$ 302.424,44 (trezentos e dois mil, quatrocentos e vinte e quatro e quarenta e quatro centavos).

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Municipal, mediante a seguinte dotação:

**21.01.08.242.2070.2107.3.3.9032.01.110000 – ficha 620**

**21.01.08.242.2070.2107.4.4.9052.01.110000 – ficha 629**

12.001.12.367.2044.2065.3.3.9030.1.240000 – ficha 373  
12.001.12.367.2044.2065.4.4.9052.1.240000 – ficha 377  
25.01.08.243.2081.2.153.4.4.90.52.01.1100000 – ficha 857  
25.01.08.243.2082.2.154.4.4.90.52.01.1100000 – ficha 867  
25.01.08.243.2083.2.155.4.4.90.52.01.1100000 – ficha 877  
25.01.08.243.2081.2.153.3.3.90.30.01.1100000 – ficha 853  
25.01.08.243.2082.2.154.3.3.90.30.01.1100000 – ficha 860  
25.01.08.243.2083.2.155.3.3.90.30.01.1100000 – ficha 870  
10.01.18.541.2026.2.034.3.3.90.30.01.1100000 – ficha 211

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **10. APÊNDICES**

Há apêndices neste termo de referência.

São Carlos, 15 de maio de 2026.

**Leandro de Melo Lourenço**  
Diretor de Departamento

**Rafael de Almeida Leme**  
Secretário Municipal da Pessoa com Deficiência e Paradesportos